

JÚLIA DE OLIVEIRA FURTADO

**DIREITO À MORADIA E PANDEMIA DE COVID-19:
contribuições da Campanha Despejo Zero para a suspensão de despejos e remoções de
populações vulnerabilizadas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Aprovado em: 12 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Betânia de Moraes Alfonsin (Orientador)

Prof. Dr. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Prof. Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas

RESUMO

FURTADO, Júlia de Oliveira. **Direito à moradia e pandemia de covid-19:** contribuições da Campanha Despejo Zero para a suspensão de despejos e remoções de populações vulnerabilizadas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2023.

Este artigo tem como objetivo analisar como a Campanha Despejo Zero contribuiu para a suspensão temporária de despejos e desocupações coletivas durante a pandemia de covid-19, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 828. Estruturado em três partes, o trabalho utiliza o método dedutivo, com pesquisa exploratória e revisão bibliográfica. Destaca-se, primeiro, a proteção conferida ao direito humano à moradia adequada, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Na segunda parte, são examinados aspectos importantes sobre o problema do acesso à moradia adequada no Brasil, a transformação da moradia em um ativo financeiro, a tradição jurídica de superioridade do direito de propriedade, e os impactos da pandemia no cenário habitacional. Por último, são analisadas as contribuições da Campanha Despejo Zero na suspensão de despejos e remoções coletivas. O artigo conclui que a campanha influenciou diretamente as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 828, ressaltando o poder transformador da mobilização social e a construção de uma jurisprudência voltada a uma nova abordagem das instituições para os conflitos fundiários no país.

Palavras-chave: Direito à moradia adequada; Pandemia de covid-19; Campanha Despejo Zero; Conflitos fundiários; ADPF n. 828.